

ENTREVISTA COM EDUARDO DE VASCONCELOS RAPOSO



Eduardo de Vasconcelos Raposo é formado em Direito pela Universidade Cândido Mendes e fez seu mestrado e doutorado no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). No mestrado, também cursou o importante Institut D'Etudes Politiques de Paris, sob orientação de Alain Rouquié. Durante quase uma década, foi pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) e, entre os anos de 1990 e 2024, atuou como professor do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio, que ajudou a refundar e pelo qual foi diretor. É sobre esta experiência acadêmica, institucional e de docência que Raposo nos fala especialmente nesta entrevista, realizada em sua casa e concedida a Guilherme Ribeiro no dia 23 de agosto de 2024. Destacamos também a análise que o professor faz dos principais problemas brasileiros nas últimas décadas e relembramos suas importantes pesquisas feitas no tema das elites ao longo dos anos.

Guilherme Ribeiro – Você começou sua vida acadêmica na área jurídica. Por que você deixou a área jurídica para entrar na ciência política?

Eduardo Raposo – Eu estava desgostoso, era ditadura, tinha que andar de terno e essas coisas todas que não faziam muito parte dos meus planos. E o Cândido Mendes me chamou para trabalhar no instituto Afro-asiático. Fomos eu e a Maria Isabel Mendes de Almeida, a Bebel. Era

algo meio vanguardista naquela época fazer pesquisas sobre a África. E depois disso, comecei a dar aula de ciência política no curso de direito da Candido Mendes. Estávamos montando ali o curso de direito com alguns professores. Eu era Júnior. Depois, um amigo querido meu, que não está mais entre nós, Luiz Henrique Bahia, foi chamado pela Aspásia Camargo para trabalhar no CPDOC na Fundação Getúlio Vargas, mas ele ficou com um pouco de medo porque tinha que transcrever entrevistas, que eram longas. E ele me perguntou "Você quer ir lá?" Eu disse: "Quero". E eu fui para lá, onde fiquei nove anos no projeto de história oral, entrevistando políticos do círculo de Vargas para criar uma memória desse período varguista. Nesse tempo eu tinha conversado com o Candido Mendes e ele me chamou para trabalhar depois dessa conversa. A memória é uma coisa engraçada... Trabalhei muito tempo com memória né? A gente vai pra frente, depois volta para trás, mas o importante é não perder o raciocínio. Então ele me falou "Você pode ir para o Estados Unidos fazer pós-graduação". Aí eu fiquei com isso na cabeça, mas depois no CPDOC eu mudei de conexão: em vez de ser a conexão norte-americana, lá o pessoal tinha estudado na França, né? E aí uma pessoa que teve uma enorme importância na minha vida acadêmica – a Aspásia Camargo –, me estimulou para estudar na *Fondation Nationale des Science Politique*, em Paris.

Voltando para o tempo do CPDOC, nessa mesma época entrei para o mestrado no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. O IUPERJ era a melhor casa do Brasil junto com o Departamento de Ciências Sociais da USP. Dois pólos que aglomeravam as melhores cabeças. Lá eu fui aluno de: Wanderley Guilherme dos Santos, César Guimarães, Simon Schwartzman, Carlos Hasenbalg, Fernando Uricolchea, Luiz Werneck Vianna, José Murilo de Carvalho, Maria Elisa Pereira dos Reis, Olavo Brasil de Lima Junior, Renato Boschi, Eli Diniz, Nelson do Vale e Silva, Sérgio Abranches...dos que eu me lembro... uma turma da pesada. Foi nesse período que a Aspásia me falou que eu deveria ir para a Sciences Po, o instituto de estudos políticos de Paris. Tinha que apresentar uma candidatura. Tinha gente do mundo inteiro. Eram 15 franceses e 15 pessoas do resto do mundo. Era uma bolsa importante, eu tinha acabado a dissertação de mestrado, eu estava magérrimo, casando no meu primeiro casamento... E eu fui para a França com um telefone e com o endereço da Sciences Po. Não me esqueço que, no primeiro dia de aula, havia algo chamado *rentrée*, onde cada aluno se apresentava... várias nacionalidades. Havia um aluno americano que tinha chegado na França para essa minha turma e que morreu naquele atentado de Orly¹. Fizemos um minuto de silêncio e a vida seguiu. Fiquei quatro anos lá. E aconteceu uma coisa interessante: eu tive acesso e tempo para ler os grandes autores que falavam sobre a construção dos estados nacionais. Esses caras fizeram muito a minha cabeça, como Perry Anderson, Immanuel Wallerstein e Albert Hirschman entre outros. E eu tive uma aula – eu já trabalhava com essa questão das elites, né? – com um cara chamado Pierre Birnbaum. Parece que

¹ O atentado ocorreu dentro do aeroporto em 15 de julho de 1983 e foi comandado por uma organização terrorista armênia, matando oito pessoas.

tinham aberto assim uma cortina na minha frente. Eu comecei a entender o negócio. Percebi que eu fazia aquilo, mas não entendia muito bem. Ele era uma espécie de Bob Dylan. Andava todo descabelado e com as roupas originais daquela época. Eu li tudo desse cara. E eu fiz um projeto sobre elites políticas que só agora ficou pronto de maneira mais sofisticada e está na editora HUCITEC. Chama-se "As elites políticas brasileiras: a crise como método e o estado como prêmio." Eu acho que é o Brasil né? Então esse é o resumo pequeno e breve que eu fiz.

Guilherme Ribeiro – Você citou Aspásia Camargo, mas você teve outras relações no seu início de carreira de orientação, com personagens brilhantes da ciência política: Alain Rouquié, Eli Diniz... O que dessas relações de orientação ficou com você para o resto da sua trajetória acadêmica?

Eduardo Raposo – Eu fiz todos os créditos do doutoramento na Sciences Po, só que o meu orientador, Rouquié, que tinha estudado também a América Latina – tem um clássico sobre os militares na América Latina (*L'État militaire en Amérique Latine*) – tema que fui examinar mais tarde – foi nomeado embaixador no meio pro final da minha estadia em Paris. Foi embaixador do Brasil, foi para o Haiti e outros lugares de conflito. Eu fiquei um pouco sem pé, mas ele foi sim uma figura central, importantíssima, daqueles que estudaram o Brasil. Eu tinha que mandar um pedaço da tese para o consulado, que mandava para ele, aí ele fazia observações, voltava para o consulado... Era uma engenharia complicada. Aí eu fui para o IUPERJ e falei "Olha, eu estou com os créditos todos em dia, passei em todos, mas a defesa da minha tese está complicada." O Renato Lessa estava lá dirigindo algum setor. Com certeza a minha demanda passou pelas reuniões deles. E a Eli Diniz passou a ser a minha orientadora. Mas eu já estava meio com a cabeça feita. Todo mundo nesse período estudava 64. Por quê? O que houve? Quais foram as transformações? Mas minha tese objetivou estudar as instituições, o que eu fiz mais ou menos pelo resto da vida. Estudei Petrobras, Eletrobras, Banco Central. Eu entrevistei quase todos os presidentes do Banco Central. Comecei ainda no CPDOC e depois continuei fazendo isso na PUC, porque aquela turma estava lá. Era uma nova turma de economistas que estavam todos preocupados com o combate à inflação. Escrevi coisas mais ou menos relacionadas a eles, como o livro em homenagem ao Dionísio Dias Carneiro.² O Luiz Roberto Cunha (decano do Centro de Ciências Sociais à época) me chamou e falou "Eduardo, faz um contato com o CPDOC que eu quero fazer isso". Eu falei: "Poxa, o livro da PUC vai ser feito pela Fundação Getúlio Vargas? Vamos nós fazer isso". Aí chamei a Maria Antonieta Leopoldi e montamos esse livro. Eu tinha acabado de escrever o livro sobre o Banco Central, estava tudo em cima... Eu tinha estudado muito, porque os economistas falavam algumas coisas e matava muito os cientistas sociais porque era um assunto fechado deles. Até para escalação da seleção nacional chamavam os economistas. E eu pensava que os cientistas sociais precisavam dominar esse campo, não da economia, mas da política

² RAPOSO, E. V.; LEOPOLDI, M. A.; CUNHA, L. R. *Dionísio Dias Carneiro, Um Humanista Cético - Uma História da Formação de Jovens Economistas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/ LTC, 2013.

econômica. Aí fiz esse livro que foi muito legal.³ Meia página no *Valor Econômico*, muita mídia, um programa inteiro da GloboNews. E isso ia fortificando, um assunto que eu quero tocar depois, o nosso departamento. Eu entrei lá pelas mãos do padre Ávila, que foi fundador do departamento. Depois eu virei assessor dele lá na Cúria para atividades sociais. Às vezes a gente parava num restaurante, ele tomava um pequeno whisky e a gente tinha conversas muito interessantes. Ele era uma pessoa de uma cultura enorme. Ele tinha autoria, ele tinha o que dizer. Voltando ao Departamento, quando entrei lá, era um departamento decadente em uma universidade importante. Eu tinha pedido demissão da Fundação Getúlio Vargas para ir para a França. Não podia nessa época acumular. Foi uma luta dura. Posso entrar nesse tema?

Guilherme Ribeiro – Antes de você entrar nesse assunto, eu vou até pular algumas perguntas já que você fez essa introdução. Você fez uma entrevista com o Padre Ávila. E a gente queria saber como foi essa entrevista e a recepção dele.

Eduardo Raposo – Olha, eu não me lembro muito bem, mas a recepção do Padre Ávila era sempre boa. Ele chegava para reunir. Chegava com educação. Com bondade. Era interessante. Eu convivi com o Padre Ávila porque ele me chamou para essa assessoria na Cúria. Tínhamos reuniões lá na Glória. Ele era um intelectual; Foi da Academia Brasileira de Letras, fundador do departamento em 1954 chamado de Sociologia e Política à época. Ele era uma pessoa de personalidade intelectual. Nessas instituições totais, como as ordens religiosas e os exércitos – que acabei estudando bastante –, você entra com a tua visão de mundo, adquirida no convívio familiar, da sociedade, com os amigos. Depois que entra nelas, aos poucos vai deixando esses valores de lado e vai adquirindo os valores da instituição. O Padre Ávila, para além disso, tinha autoria. Uma pessoa que eu acho que a gente vai falar depois é o Luiz Werneck Vianna, que era alguém do partido comunista, mas era um autor, pensava por conta própria. Então, essas pessoas são raras e são pessoas que devem ser olhadas, porque o intelectual é isso. É uma pessoa que pensa com suas próprias reflexões.

Guilherme Ribeiro – Antes de entrarmos para o momento de refundação do departamento, nós gostaríamos de saber como a sua experiência no CPDOC contribuiu na sua carreira na PUC.

Eduardo Raposo – Olha, o CPDOC era um centro de pesquisa, não era aula, não era uma universidade, mas as minhas pesquisas que eu tinha começado lá eu continuei a fazer com as elites políticas, Banco Central e outras coisas dessa natureza. O que contou muito na nossa ida para o departamento que na época era Sociologia e Política foi a ideia de pensar o Brasil. Essa era a vocação que me interessava e, também, aos outros colegas. Tinha antropólogos, cientistas políticos e sociólogos. Como é que nós vamos armar uma situação que seja propícia a esses três

³ RAPOSO, E. V.. *Banco Central do Brasil O Leviatã Ibérico Uma Interpretação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo / Rio de Janeiro: Hucitec Editora / Editora PUC-Rio, 2011.

grupos que são conectados, mas têm suas diferenças? E como vamos montar a grade curricular encaixando essas diferentes formações? Mas antes disso, é preciso dizer que havia um grupo muito arraigado ali no departamento, que era muito exclusivista. Quando eu entrei lá, não fui olhado com bons olhos. Mas a gente acabou formando um grupo que entrou naturalmente em choque, digamos assim, com esse grupo e foi um período difícil, mas nós conseguimos nos sobrepor a essa situação. O departamento tinha uns cinco alunos e descontentes. E nós começamos a montar o novo departamento. Essa é que foi a luta. Foi uma epopeia lá nos anos 90. Sentamos, fizemos a grade curricular... E a solução foi bem interessante: o aluno entrava para o curso de ciências sociais e tinha duas disciplinas obrigatórias de cada uma dessas áreas. E aí ele tinha uma formação. E a partir daí ele ia escolhendo, dentro das possibilidades, se ele queria ir mais para a sociologia, para antropologia ou para a ciência política. Nós começamos a fortalecer o departamento. Primeiro, dentro da universidade, que tinha departamentos fortes. A gente era olhado como um departamento complicado, off-Broadway. E como é que nós vamos fazer isso? Bom, vamos fazer parte das instituições, como ABCP, Capes, ANPOCS... Eu coordenei a área de política e economia da ABCP durante muitos anos, outros professores foram também para as suas instituições. Para dizer, "olha, nós estamos, aqui, viemos para montar um lugar para ciências sociais, para refletir sobre esse país no contexto global." Claro, porque não existe só o Brasil, isolado, não é? Se a economia medieval ou a sociedade medieval era local, a modernidade foi nacional e Internacional e hoje o mundo é global.

Guilherme Ribeiro – Durante décadas, o nosso departamento foi de “Sociologia e Política”. Como foi a mudança do nome, já que você acompanhou isso de perto? Por que a mudança de nome?

Eduardo Raposo – A sociologia e política tinha uma coisa interessante porque era uma marca conhecida, só que eu achava que os antropólogos ficavam sem a sua representação. Então nós criamos um consenso para chamar de Departamento de Ciências Sociais, que pode ser um nome menos bonito de alguma maneira, mas representa mais o que estava acontecendo ali no departamento. E outra coisa que acho interessante é a gente notar que a construção de departamento foi um processo que tivemos que ganhar pouco a pouco. Primeiro foi a especialização, nossa primeira experiência. O problema da especialização era que os jovens professores, como todos nós à época, gostam muito de teoria, porque eles estão sendo treinados naquilo. Você vê um jovem doutor e ele fala umas coisas complicadíssimas né? E o público que estava lá eventualmente queria mais é entender, de maneira mais genérica, a sociedade brasileira. Esses alunos vinham muito da comunicação, curso que dá as ferramentas, mas não o conteúdo. Se você quiser escrever sobre esporte, comunicação e jornalismo, você vai ter que estudar esporte porque esses outros conteúdos vão ser adquiridos paralelamente. Muita gente que posteriormente queria entrar no mestrado e queria se enturmar com a bibliografia, com os professores. E tinha umas pessoas que estavam interessadas no Brasil. Então foi difícil adequar.

Olha, as negociações são complicadas. Convencer as pessoas. E isso tinha um lado social, a gente tinha um grupo de música, fazíamos algumas reuniões que criaram uma liga pra gente poder se entender para além de departamento. Nós fizemos o projeto da especialização, eu estava de férias perto daqui do Rio. E o Marcelo⁴ me telefonou – a gente trabalhou muito junto na montagem da pós-graduação – preocupado porque não havia ninguém inscrito e tinha que ter um quórum de alunos porque senão o curso não se pagava. O curso tem que ter uma quantidade de alunos que justifique aqueles professores. Aí eu vim pro Rio no mesmo dia. A gente não entendia que as pessoas só fazem suas inscrições no penúltimo dia. Aí deu a turma. Aquilo foi um alívio, porque tudo era uma aposta. Nós não entramos numa máquina que estava funcionando. Nós precisávamos, de certa maneira, ganhar o poder institucional e depois montar o departamento. Esse foi o primeiro teste. A especialização foi muito importante. A gente dava aula à noite. Eu dei aula à noite por 10 anos, uma vez por semana só. Era um bom treino ali. A partir dali, a gente avançou. Um departamento que não tinha mestrado e doutorado não falava para a comunidade acadêmica. Então começamos a montar o mestrado.

O projeto de mestrado tinha que passar pela comissão geral, tinha que ter um consenso nosso, depois conselho departamental, conselho universitário. Acho que são esses os nomes. Isso tudo era uma lenha. Era difícil. E era um relacionamento ali entre colegas. Mas os caras não iam nos aprovar dentro de um padrão que não fosse o padrão da PUC. Decidimos fazer o mestrado e ele foi muito bem aceito. Depois que já obtivemos uma experiência com o mestrado, adquirimos alguma cultura de pós-graduação que a gente não tinha – eu também não tinha da Fundação Getúlio Vargas, porque lá era pesquisa. Era necessário ter contato com a lógica da pós-graduação. Publicar em revistas importantes e se comunicar com o público acadêmico. O que um cientista social faz é explicar a sociedade para a própria sociedade. É uma tarefa de transformar coisas complicadas, que é a vida social, a política, o ser humano, a sociedade e tudo mais, numa coisa inteligível. E começamos a nossa luta. E depois fomos para o doutoramento. É diferente, mais complicado. Então a gente fez projetos, negociamos consensos, o que vai ser? Qual é o perfil? E aí começamos a ganhar reforços importantes. Foi a época que o Roberto da Matta, que tinha passado 18 anos na Universidade de Notre Dame, nos Estados Unidos, veio para o nosso departamento. Posteriormente, o Luiz Werneck Vianna entra. A gente já tinha nossa turma e vieram esses dois professores que eram pessoas de visibilidade muito grande. Nós passamos pelas instâncias todas e montamos um departamento que começou logo com nota 4 da Capes. Foi uma conquista importante. De novo, nos perguntamos como poderíamos fortalecê-lo ainda mais. Uma pessoa importante nesse momento foi a Ana Roxo, nossa secretária. Ela já era da PUC. Ela já conhecia toda a lógica da burocracia da pós-graduação. Então foi uma pessoa importantíssima, que trouxe pra gente uma mentalidade, uma maneira de proceder diante desse

⁴ Marcelo Baumann Burgos, professor e atual diretor do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio.

novo desafio. Então, com as três áreas, compatibilizando essa formação básica para depois cada um procurar um caminho. E as pessoas começaram a escrever, que foi uma etapa importante.

Antes disso, em 1994, eu estava em uma reunião na reitoria, falando do departamento e comecei a pensar em ações para dar visibilidade ao departamento. Aí eu pensei na hora, foi uma luz que me deu, nem tinha preparado nada disso. Eram 30 anos do golpe de 64. Eu pensei: vamos fazer um seminário. Trazer as pessoas que foram prejudicadas e estavam na oposição, e as pessoas que tomaram o poder. Ou seja, fazer uma revisão do ciclo militar. Como eu posso conseguir consenso em torno dessa ideia? Aí eu fui visitar o Wanderley Guilherme dos Santos, que tinha sido meu professor, e falei: "Wanderley, eu tô com essa ideia". E ele se interessou imediatamente, deu palpites. E perguntei para ele se podia colocar o nome dele numa matéria de jornal para informar que ele estava ajudando. E ele permitiu. Wanderley era o papa da ciência política. Era o cara mais requisitado, erudito. Tinha grande visibilidade, ajudou a criar o IUPERJ, o ABCP, todos esses elementos organizacionais. Ajudou também a criar a Revista *Dados*. Tem gente que acha que isso não tem importância porque os pareceristas são completamente independentes. Mas quem tem uma revista na mão é importante, A1, A2... Por quê? Aquilo é um passaporte para a nota do departamento crescer e, assim, começar a ter acesso a financiamentos. É outro tipo de espaço e lógica para caminhar. Tinha uma jornalista chamada Carlota Araújo que deu uma nota pequena no *Jornal do Brasil*. Aquilo para mim foi muito importante. Mostrar o que o departamento estava fazendo. Esse seminário se chamou 1964: 30 anos depois. Houve uma visibilidade muito grande. O *Jornal do Brasil* era o jornal mais importante do Brasil em termos de formação de opinião pública. Depois daquela nota, ele deu a primeira página do Caderno B duas vezes. A mídia seguia mesmo. E era muita gente no RDC e naquele outro auditório – acho que Anchieta. Os alunos fizeram uma passeata que parou a Lagoa-Barra. Mobilizou muito porque as pessoas queriam pensar no que se viveu naqueles anos. E eu pensei que a lógica da democracia, por si só, é mais forte do que a lógica de outros regimes autoritários, ditatoriais. A gente não pode ter medo, de jeito nenhum, de chamar as pessoas para debater. Então depois publicamos um livro⁵, transcrevi as entrevistas, fiz a edição, a Miriam, minha esposa, esteve muito envolvida também, foi um trabalho enlouquecido. Foi publicado pela Agir. E os chargistas doaram charges pra colocar no livro. Foi tudo muito interessante. Só pra ter uma noção: ordem política, ordem econômica, ordem jurídica, igreja, comunicações, relações internacionais, militares e política, cultura e censura, capital e trabalho, estudantes... Cobriam várias reflexões. No primeiro dia vinha o Leonel Brizola, que era governador do Rio de Janeiro. A secretária dele me ligou três dias antes dizendo que não poderia ir. Falei pra ela que já estavam sendo distribuídos todos os papéis – dei uma boa exagerada –, que eram sei lá quantos mil alunos, todos formadores de opinião pública. E falei que já estava todo mundo sabendo que o governador ia. Aí ele mudou de ideia.

⁵ RAPOSO, E. V. 1964 - 30 Anos Depois. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

Ele chegou com três ônibus, bandeiras e torcida. O coordenador da mesa foi o Wanderley, que deu a ele 20 minutos. Brizola falou 1 hora e meia ou 2 horas. Aí o Wanderley agradeceu: "governador, eu queria lhe agradecer pelo senhor ter se submetido estritamente ao tempo que lhe era devido. Nessa mesma mesa estava o Franco Montoro. Em outra mesa estava o Roberto Campos – um craque de debate. Eu queria também levar o Celso Furtado para fazer esse cotejo, que seria interessante, mas ele estava morando em Paris. Em outras mesas estiveram presentes o Dom Luciano Mendes de Almeida, figura forte na igreja. Padre Ávila, Milton Temer... procuramos fazer uma mistura. Teve também o É aí Walter Clark, que começou a falar umas coisas bem limítrofes assim... Eu estava do lado dele. Falei: "Walter, você vai ser processado." Ele me respondeu dizendo que tinha 15 processos ou qualquer coisa assim. Teve também o Márcio Moreira Alves, que era o cara que tinha feito a história da oposição na coluna dele. Wanderley falou que eu tinha que chamá-lo mesmo. Sílvio Tendler, José Wilker, Ferreira Gullar, José Márcio Camargo – professor da economia, que à época era ligado ao PT. E o Betinho, eu brinco, ele era mais famoso que a Madonna junto com o Michael Jackson. Foi uma gritaria e ele quase não pôde falar. Colocar o Betinho naquela época, que ele estava fazendo a campanha do Fome Zero, significava visibilidade, mídia pra PUC, pro nosso departamento. O Francisco Julião também. Ele foi o cara mais perseguido pelo regime militar. Ele foi com a esposa dele, uma mexicana, pessoa muito gentil. E eu queria citar mais uma coisa: o reitor à época era o Padre Laércio. Foi muito importante. Todos os dias ele estava lá, era o primeiro a chegar e recebia essas pessoas. Todo dia o reitor da PUC lá recebendo todas essas figuras. E esse livro teve a sua importância.

Então o negócio agora era tomar vitamina, fortalecer o departamento para ganhar uma visibilidade. Dentro, fazer negociações internas para a gente acomodar diferentes professores com suas disciplinas, no foco de pensar o que era o Brasil nesse mundo. O que aconteceu no Brasil, quais são os dilemas fundamentais? Os anos 70, que já tinham passado, mas ainda não tinham sido digeridos, foram os anos mais importantes do mundo. Todos os movimentos identitários de hoje já tinham começado nos anos 70: o fortalecimento das mulheres, dos afrodescendentes, os gays estavam também mais visíveis... Só que teve também dois choques do petróleo; a gente não era produtor de petróleo, então ficamos pendurados. A ditadura começou a acabar um pouco por essa crise. O Figueiredo se confrontou com isso. Então temos o seguinte: acabou a substituição de importações, que era a maneira pela qual a gente estava se desenvolvendo, fabricando internamente o que antes se importava, porque já tinha consumo nacional. Houve uma reserva de mercado através de políticas alfandegárias e fiscais. Criava-se assim uma reserva pros produtos brasileiros. É uma coisa difícil: quando você fecha muito, esses produtos se tornam caros e de pouca qualidade. Então tem que ser uma política de *stop and go*, bem pensada. Não tinha mais o estado keynesiano nem indústria fordista, agora era outra coisa, era computador, era internet, que veio logo depois. E isso tudo tinha mudado a cara do Brasil. A gente tinha que pensar isso. Logicamente que essas coisas vão ficando mais claras depois, vão ganhando visibilidade depois. Bem, além disso, a gente tinha que se enturmar com os órgãos

externos. Por exemplo, o IUPERJ tinha hegemonia total. Lembro que fomos conversar com o Adalberto Moreira Cardoso, fazer algumas consultas pra ver se a gente estava no caminho. Tinha que fazer negociações né? Agora uma coisa interessante: eu tive uma complicação doida nesse tempo, que foi uma cirurgia barra pesada, mas eu pedi licença pro médico pra poder andar de avião e eu fui a Brasília. Saí da direção do departamento em que passei cinco anos e passei a coordenar a pós-graduação, porque já estava embalado nisso. E uma das discussões importantes se dava em relação à valorização do departamento, a importância de publicar artigos em boas revistas, tinha revista A1, A2, B... Se você publicasse numa revista importante, você ganhava uma pontuação importante e o departamento se fortalecia. Mas a gente estava sendo julgado por critérios que não eram das ciências sociais. As ciências exatas não escrevem livros, só de divulgação e raramente. Aí tentou-se muito criar um critério para hierarquizar a importância de livros que seriam bons ou piores dentro da importância das ciências sociais. A editora deveria ser universitária, o conselho deveria ser importante, tentou-se de tudo, mas não se conseguiu. Nós chegamos a mandar muitos livros para eles julgarem, mas como podia ser isso?

Agora nós estamos numa situação difícil neste ponto, porque as pessoas pararam de escrever livros. O artigo é o que conta. Mas eu acho que o livro é mais permanente. Esse objeto físico tem uma importância muito grande para ciências sociais. Você não vai ler *Os Donos do Poder*⁶ no telefone. Você tem que ter aqueles dois volumes. Então nós começamos também lá no doutoramento a chamar, a partir das três áreas – lembro até que foi ideia do Roberto da Matta – as disciplinas com os nomes de teorias do Brasil. Isso era interessante. Então a gente começou a discutir em aulas com os alunos autores incontornáveis, Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado, Oliveira Vianna, Alberto Torres, entre outros. Ficamos meio craques nessa literatura brasileira e pudemos formar alunos bons. Os alunos da graduação são diferentes dos da especialização e são diferentes do mestrado e do doutorado também. Eu acho que eles iam muito por exclusão né? O cara não gosta de matemática, não gosta de direito, sei lá mais o quê, aí escolhia ciências sociais porque devia ser legal. Aí entrando lá via como é que é a história. E uma coisa que notei é que os alunos de famílias de classe média alta, que pagaram cursos de inglês e que colocaram filhos em bons colégios chegavam ali bem porque tinham tido uma boa formação. Mas tinha outro tipo de aluno: que não tinha uma boa formação, mas olhava e dizia "eu entendo isso." Esses são os vocacionados, que fazem a diferença. Seguiram carreira, não é? Foram os caras que que permaneceram, que viravam colegas nossos. Depois tem os alunos do mestrado, é uma turma que já está mais convicta. Na graduação muitos ingressam, mas nem todo mundo segue a carreira. Aliás, eu fiz um seminário mostrando para que áreas as ciências sociais servem. Do Itamaraty, por exemplo, muitos cursaram ciências sociais. ONGs também, assessoria política... E vida acadêmica propriamente dita, que é ensino e pesquisa. Eu fiz, sei lá, oito mesas

⁶ FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre: Editora Globo, 1958.

e trouxe um profissional de cada área dessa que tinha feito ciências sociais. Embaixador, assessor político, profissional de ONG. Isso para mostrar para os alunos que ciências sociais é um curso muito básico e amplo. Então tinha muita gente que ia pra essas outras áreas, fortalecidos, não tinha jogado tempo fora. No mestrado já tinham mais convicção, e no doutoramento é uma turma que ia aprofundar essa convicção. Todo mundo ali quer ser alguma coisa no mundo das ciências sociais. Aí tem tese, bancas, a gente convida gente de fora, o que é mais uma enturmação. A gente vai ser convidado também para outras bancas. Isso tudo fortaleceu o departamento, que tinha começado numa situação precária, com cinco ou seis alunos descontentes. E começamos esse trabalho. Foi uma epopeia.

Em certo momento desse percurso tivemos algum atrito, com os nossos vizinhos do IRI⁷, que são nossos colegas queridos. O IRI inicialmente tinha apenas pós-graduação e quando idealizaram sua graduação, montaram disciplinas que nós dávamos, 40% ou mais. Nesse tempo eu era diretor do departamento. Eu falei: "não é possível isso." Fomos aos fundamentos da criação da universidade e estava escrito lá: "universidade é composta por departamentos que se complementam". Não pode criar uma competição. Esse debate foi para o conselho departamental, com representantes de todos os cursos, e fomos vitoriosos. Se deixa passar algo assim, a gente estaria meio perdido, porque o IRI tinha um prestígio muito grande. Era uma luta grande: todas essas questões, internas e externas, todos os relacionamentos com os conselhos, que dependíamos... Mas voltando à questão do Qualis Livros, é preciso dizer que o problema ainda hoje não foi resolvido. Escrevemos livros que demoram muito tempo para serem elaborados em boa forma e conteúdo, mas isso não é valorizado. Quem escreve livros somos nós. Outras disciplinas que dominam os conselhos da Capes e que estão fora das ciências sociais e não querem isso. No desenvolvimento do nosso curso, cada um dos nossos professores foi levando para o caldeirão do ensino e da pesquisa suas formações e especialidades. Estava me lembrando da Sônia⁸, que foi uma professora importante porque estabeleceu uma pauta de pesquisa, de publicação, de ensino e de orientação nítida: gênero e raça. O Marcelo⁹ começou a trabalhar com favela, até hoje trabalha com isso, e que é um aspecto da sociedade brasileira fundamental. Se a gente não pensar nisso, não vai pensar mais em nada. Ele publicou até um primeiro livro sobre a favela Rio das Pedras¹⁰. Todos nós fomos lá, numa atitude interessante. Eu estava estudando e publicando sobre elites... Então a gente pode pensar o Brasil a partir de muitas portas. fizemos muitos seminários, muitas pesquisas estavam rolando. Não existe pós-graduação sem pesquisa.

Isso tudo nos permite pensar o Brasil de hoje que está passando por um momento crítico... coisa muito louca. Ninguém tem resposta. Nós acabamos com esse ciclo de substituição de

⁷ Instituto de Relações Internacionais.

⁸ Sônia Giacomini, ex-professora do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio.

⁹ Marcelo Baumann Burgos, já referenciado em nota anterior.

¹⁰ BURGOS, M. (Org.) *A utopia da Comunidade Rio das Pedras, uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Loyola, 2002.

importações, de um Estado que tinha uma importância muito grande. Foi a época das sociais-democracias, que de 1945 a 1975 produziram o welfare-state, bem-estar, inclusão e adesão. Porém, as placas tectônicas globais se mexeram. Hoje, mundo afora, os partidos da social-democracia foram fragilizados e alguns aniquilados. O Partido Socialista da França não tem mais força. Nesse livro meu que está lá no prelo, eu tento falar sobre isso. O autoritarismo no Brasil de hoje é uma versão tupiniquim do autoritarismo que surgiu no mundo inteiro. A explicação que dou – ou a pista de pesquisa – é que quando um regime bom ou ruim se desmantela, envelhece, não tem outro regime que imediatamente venha substituí-lo. Há um tempo de vácuo, de anomia. Essa anomia é preenchida por regimes autoritários, de direita e de esquerda. Depois do desmantelamento da Idade Média, que tinha a igreja no centro do poder, o que veio depois? O absolutismo, que era um regime centralizado nos reis. Outro exemplo nos vem do Karl Polanyi – o grande autor que nos ensina sobre o século XIX –, que nos ajuda a decifrar aquele mundo comandado por um sistema financeiro autônomo. Quando houve a segunda revolução tecnológica e o debacle daquele mundo (século XIX), o que veio depois? Os grandes autores falam disso: Karl Marx, Max Weber... veio fascismo, nazismo e stalinismo. Só depois que se construiu a social-democracia. Só que essa social-democracia nos anos 70, como havia dito, desapareceu, porque as condições mudaram. Acho que o grande desafio do Brasil, e do mundo talvez, vai ser construir uma nova social-democracia em novas condições, completamente diferentes. Os conflitos não são mais aqueles do século XIX, que era capital x trabalho, classe... Esses conflitos não desapareceram, mas se acrescentaram aos conflitos federativos, aos internacionais, aos de grupos identitários... ficou mais complicado. E não tem nenhum regime que, como a social-democracia, tenha adquirido certa hegemonia, certa importância. Não tem nada disso. O que tem são os países que entraram para a terceira revolução tecnológica e os que não entraram. E nós não entramos. Nossa grande força econômica é a atividade agrária. A nossa atividade industrial é antiga. Nem carro a gente tem porque aqui é tudo montadora. Essa nova situação está para ser decifrada porque ninguém ainda tem uma resposta, a sociedade ainda não apontou para uma saída. Então eu acho que fica para as ciências sociais essa tarefa de furar essa parede enorme.

Guilherme Ribeiro – Tem ainda mais outra questão que acho importante falar, que é sobre a revista. Você falou duas ou três vezes da importância de vitaminar o departamento. A revista *Desigualdade & Diversidade* estava nesse contexto? Se sim, como foi pensado? Você lembra de alguma coisa desse momento de criação da revista?

Eduardo Raposo – A revista foi criada porque também é um indicador de um departamento forte. A gente precisa disso. O que vai diferenciar os departamentos é a publicação que seja boa. E se a gente tiver uma revista boa na mão vai ser importante. E a revista é uma batalha, eu acho que é algo que, aos poucos, vai crescendo e ganhando importância.



Guilherme Ribeiro – Nós sabemos que a sua trajetória acadêmica envolveu estudos, inclusive pioneiros, sobre elites: políticas, econômicas e militares. Mas essa área nem sempre foi bem-vista pelas ciências humanas. Como é que você enxerga a recepção dos seus trabalhos nas ciências sociais e, em particular, no próprio departamento?

Eduardo Raposo – Eu concordo com você que há um preconceito grande com esse tema, mas é uma tradição de estudos assunto iniciada com Platão, que começou a estudar os governos virtuosos, os filósofos que se transformam em governo e que seriam a melhor forma que existe. Muitos autores importantes falam de elites, falam de governo. O que é elite? É um pequeno grupo organizado, que detém o poder sobre um grande grupo desorganizado. Aí tem elite do samba, do futebol, dos sapateiros, e tem a política também. Então é uma porta fundamental. Dizer que quem estuda elites é elitista é a mesma coisa que dizer que Marx é capitalista porque escreveu sobre o capital. É como se fosse uma leitura da capa. Aqui no Brasil eu fiz a revisão desses autores todos. Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda e outros que estudaram os governos. Inúmeros autores, mesmo que não tenham dado o nome de elites, estudaram as elites. Em outros países, esse estudo é muito importante. Aqui tem alguns craques que falam disso, como Sérgio Miceli, Renato Perissinotto, Mário Grynszpan. Eu trabalho bastante nessa área. Estudo instituições estratégicas do país, suas lideranças e a lógica da hierarquia dessas instituições (Banco Central, Forças Armadas, políticos etc.). No estudo que fiz das elites econômicas que estava no Banco Central do Brasil me pergunto, qual a origem, a “natureza” dessas elites? Elas são impermeáveis a quais demandas? No caso das elites militares, por exemplo, a Vanusa Queiroz – pessoa que mais entende de metodologia quantitativa que eu conheço – me ajudou a pensar. Nós montamos e enviamos um questionário de 90 perguntas para 21 mil oficiais do Exército brasileiro para saber o que eles pensavam não só de política, mas de tudo: democracia, homossexualidade, família, ecologia. E esse livro foi publicado em uma associação entre a Editora Hucitec e a editora da PUC. E foi um livro *top ten* da Hucitec.¹¹ O mais vendido no período, não sei por quanto tempo, dois meses talvez. Essa pesquisa teve colaboração também da professora Maria Alice Rezende de Carvalho e da professora Sarita Léa Schaffel... Teve uma visibilidade enorme. Demos muitas entrevistas e fizemos seminários. A apresentação do livro foi simplesmente José Murilo de Carvalho, que era o historiador talvez de maior importância e visibilidade. Ele foi na live que fizemos para lançar o livro. Nesse meu atual livro que está no prelo, eu peguei 1100 atores do Poder Executivo dos governos Goulart até o governo Bolsonaro, com 22 informações sobre cada um desses atores. A análise combinatória feita por meio do programa SPSS¹² – programa potente usado pelas ciências sociais – deu coisas incríveis. E em um capítulo, que chamo de “o avesso da elite política”, chamo atenção para os grandes grupos que são pouco representados no Poder Executivo: as mulheres, os pretos e os pobres. Isso porque a elite mostra o seu avesso

¹¹ RAPOSO, E. V.; CARVALHO, Maria Alice Rezende; SCHAFFEL, Sarita Lea. *O que Pensam os Oficiais do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro/ São Paulo: PUC-Rio/ HUCITEC, 2022.

¹² Statistical Package for the Social Sciences.

também. Aliás, é possível haver elites virtuosas ou é um grupo que necessariamente acaba pensando em si próprio? Tem a lei de ferro da oligarquia¹³. É uma teoria poderosíssima e que remexeu o debate nas ciências sociais, na passagem do século XIX para o século XX, envolvendo muito os marxistas, que não chamam a elite, mas classes dominantes. Classe dominante é elite, o nome é que muda. E também alguns liberais e democratas, que começaram a dizer que nos EUA não havia uma democracia, porque lá a elite é um grupo fechado entre políticos, militares e empresários. Argumentam que nos Estados Unidos, os militares, os políticos e os empresários são feitos da mesma forma. É uma elite que, na verdade, comanda todas as grandes decisões. Então, essa teoria das elites fornece muitos elementos para se pensar a política. É uma porta enorme para enxergar a política. Quem pertence a elite? Vem de onde? Onde estudaram? Quais são suas tendências ideológicas? Então isso tudo deve ser examinado. Elites (estratégias) e instituições e economia (estruturas) A teoria das elites é muito forte.

Guilherme Ribeiro – No mestrado e no doutorado, você orientou dezenas de dissertações e teses. Existe alguma dissertação, tese, ou algum aluno que você ajudou a formar e que você, caso se sinta à vontade para falar, gostaria de destacar a pesquisa em relação à relevância ou a algo que pode ter ficado para as próximas gerações?

Eduardo Raposo – Essas coisas você só sabe depois. A trajetória de um cientista social é um pouco misteriosa. Tem gente que começa mal e termina bem. Tem gente que começa bem e termina mal. Você vê um garoto bom e às vezes ele desiste. Eu ouvi ou li que a Fernanda Montenegro disse algo como: "eu já vi péssimos atores se transformando em excelentes atores". Também lembro de um entrevistador perguntando ao Eder Jofre, já velhinho, que foi um campeão de boxe Internacional: "Você atribui suas vitórias à força ou técnica?" Ele respondeu: "Vontade de treinar". Então, as coisas são de quem se mete, faz e se dedica. Claro, quando você junta alguém que tem ideias originais, com dedicação, nasce um bom cientista social. E nosso papel é fornecer isso na universidade. Nós formamos uma porção de gente.

Guilherme Ribeiro – Você gostaria de acrescentar alguma coisa?

Eduardo Raposo – Eu sempre trabalhei em uma equipe de alunos dedicados. Uma vez fizemos um seminário sobre elites políticas, muito interessante. Foi publicado todo pela Universidade Federal do Estado de São Paulo. Essa equipe me acompanhou muito. Alunos que entravam, aprendiam, saíam, tinha uma circulação, muita gente passou pelo grupo. Os dois que ficaram por mais tempo foram o Mário Paiva, que dá aula agora em São Paulo, e a Vanusa Queiroz, que sempre esteve no nosso grupo de pesquisa. Lembro também do Yuri Kasarara, que está fazendo uma carreira importante e mora em Oslo, e continua pesquisando. E vários outros. Eu teria que pegar uma lista para falar...

¹³ Conceito desenvolvido pelo alemão Robert Michels.